

Artigo Científico

Instabilidade nos Bálcãs: o que esperar de um Kosovo independente.

Rony Prudente Cavalcante()*

RESUMO

Durante séculos, sérvios e albaneses disputaram entre si um território sobre o qual se encontrava a fronteira civilizacional e étnica separando os dois povos. Cada parte procurou criar “representações” para se apropriar da historicidade e da legitimidade exclusiva de Kosovo. Ambos os lados sempre consideraram a sua presença como um fato indiscutível e sagrado. Cada campo beneficiou-se sistematicamente do pleno aval popular para empreender ações violentas contra a parte oposta e para apropriar-se – ou reapropriar-se – do “berço nacional” cobiçado, a partir do sentimento de posse que lhes movia, fosse em relação à civilização islâmico-otomana e à etnia *shqipëtare* para os albaneses, fosse em relação à civilização eslavônico-ortodoxa para os sérvios. A recente proclamação da independência de Kosovo reacende os fortes antagonismos étnico-religiosos existentes nos Bálcãs, ao mesmo tempo em que levanta os riscos da escalada de um novo conflito em pleno coração do continente europeu. Este ensaio apresenta a evolução histórica dos acontecimentos que culminou com a atual crise entre sérvios e albano-kosovares, contribuindo para o surgimento de possíveis focos de instabilidade no quadro geopolítico da Europa e de prováveis reflexos negativos sobre as Nações Unidas.

Palavras-chave: Independência de Kosovo. Antagonismos étnico-religiosos. Instabilidade no quadro geopolítico. Nações Unidas.

ABSTRACT

For centuries, Serbs and Albanians have

disputed a land where the civilization and ethnic border stood, separating two peoples. Each part tried to create “representations” to take hold of exclusive history and legitimacy of Kosovo. Both sides have always considered its own presence as a sacred and undisputable fact. Each field has benefited systematically from the total popular approval to promote violent actions against the opposite side and to take – or retake – possession of the coveted “national cradle”, supported by the feeling of ownership that moved them, either in relation to the islamic-otoman civilization and the *shqipëtare* for the Albanians, or in relation to the Slavonic-orthodox civilization for the Serbs. The recent proclamation of independence in Kosovo reraises the strong ethnic-religious antagonisms in the Balkans, as it increases the risks of a new conflict in the very heart of the European continent. This essay shows the historical evolution of the events that ended up in the present crisis between Serbs and Albanian-Kosovars, contributing to the emergence of new possible areas of instability in the European geopolitical scenario and of probable negative consequences for the United Nations.

Key-words: Independence of Kosovo. Ethnic-religious antagonisms. Instability in the geopolitical scenario. United Nations.

Na visão dos sérvios, o Kosovo representa o “coração nuclear de sua história religiosa e política”, “o berço da civilização sérvia medieval, seu lar e seu túmulo”, porque foi outrora, na Idade Média balcânica, numa época em que a Sérvia era o único país ortodoxo a permanecer independente, o centro de um patriarcado e

(*)O autor é Major da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro, graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e mestrado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é integrante da Seção de Pós-graduação da ECEME.
(Email: ronypc21@gmail.com)

sede da capital política do Império. A derrota na Batalha do Campo dos Melros (13 ou 15 de junho de 1389), travada na região entre o exército sérvio comandado pelo príncipe Lazare e as forças otomanas três vezes superiores em número, fez de Kosovo um símbolo da tragédia nacional e de resistência ao domínio turco-muçulmano. Segundo a historiografia ortodoxa, depois de terem combatido ao lado dos sérvios contra os turcos, os albaneses, uma vez convertidos ao islã, aliaram-se aos invasores e impuseram séculos de perseguições aos seus antigos aliados, acarretando várias ondas de imigração em direção ao norte.

O fim das guerras balcânicas (1912-1913) determinou a perda por parte do Império Otomano da maior porção do seu território nos Bálcãs, ao mesmo tempo em que permitiu o surgimento de uma Albânia independente e a reunião do Kosovo de maioria albanesa à Sérvia.

Durante a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial (2ª GM), a população sérvia declinou drasticamente na região. Os alemães e seus colaboradores albaneses e bósnios, voluntários nas unidades SS (divisões *Skanderberg* e *Handchars*), empenharam-se em violentas campanhas de massacres contra partidários sérvios na Bósnia e em Kosovo. Assim, após o desmembramento da Iugoslávia em 1941, Kosovo, então sob protetorado do regime fascista, seria ligado por Hitler e Mussolini à Albânia.

Entre 1941 e 1944, cerca de 100 mil sérvios foram expulsos de Kosovo pelos albaneses aliados às forças do Eixo, enquanto aproximadamente 10 mil outros foram assassinados. Por outro lado, perto de 75 mil colonos oriundos da Albânia foram instalados pelo governo italiano na região, no contexto de um projeto geopolítico que viria a ser conhecido como “grande Albânia”.

Ao fim da 2ª GM, quando a Iugoslávia foi reconstituída sob a égide do comunista croata Tito (cujo verdadeiro nome era Josip

Broz), chefe dos “*partizans*”, o governo decretou ilegal o retorno dos refugiados sérvios para sua terra natal no Kosovo. A intenção do novo regime era limitar a influência sérvia no seio da Iugoslávia, conceito elaborado no século XIX por intelectuais croatas, que nunca aceitaram a importância conquistada pelos sérvios, após a edificação do Estado dos “eslavos do sul” (significado literal de iugoslavos). Desejoso de fazer do Estado unitário uma federação de repúblicas a partir da fragmentação da Sérvia, Tito procurou reforçar sua posição de líder do campo dos “não-alinhados” (Conferência de Bandung) ao zelar particularmente pelo *status* dos muçulmanos da Iugoslávia.

Temendo a dissidência eventual dos albaneses do Kosovo e contando com uma futura presença da Albânia na Federação iugoslava, ele concedeu aos *shqipëtares* um regime de semi-autonomia. A imigração ocorrida nas décadas seguintes de centenas de milhares de albaneses ilegais fugidos do regime stalinista de Tirana contribuiu sobremaneira para fomentar as manifestações de força e os ideais de autodeterminação, culminando com a subscrição de elementos suplementares ao estatuto de autonomia contido na Constituição da República sérvia de 1974 e com o acirramento da violência e de novo êxodo de habitantes sérvios e montenegrinos para outras repúblicas balcânicas.

A causa da minoria sérvia de Kosovo passaria a ser vista com novo enfoque a partir da década de 80. Em 1986, uma grande declaração assinada por 200 intelectuais, religiosos, políticos e inclusive redatores de jornais de oposição, exigiu que o governo do então presidente sérvio Slobodan Milosevic tomasse providências radicais para fazer cessar o “genocídio” de que eram vítimas os sérvios de Kosovo. Em 1988, os iugoslavos ensejaram grandes manifestações populares para reclamar o fim das violências e a supressão do estatuto outorgado pelo

Marechal Tito. Isso desembocaria no grande discurso nacionalista de Milosevic, pronunciado a 28 de junho de 1989 diante de 1,5 milhão de sérvios que festejavam o sexcentésimo aniversário da Batalha do Campo dos Melros contra os otomanos, símbolo do eterno choque de civilizações entre albanos-muçulmanos e sérvios-ortodoxos. O ressurgimento de novas ondas de nacionalismo radical, associado às lembranças desses diferentes acontecimentos, em particular as perseguições de que foram vítimas os sérvios, conduziram o presidente Slobodan Milosevic a suprimir em 1989 os elementos suplementares ao estatuto de autonomia.

Os albaneses responderam à supressão do estatuto e à assunção sérvia aos empregos públicos por meio de boicote geral a todas as escolas e universidades. Uma “República de Kosovo” chegou a ser proclamada em 1992 por seu “presidente”, Ibrahim Rugova. Os 500 mil albaneses imigrados na Alemanha e na Suíça, entre os quais muitos “mafiosos” implicados no tráfico de drogas, ofereceram num primeiro momento o suporte financeiro à resistência não-violenta pregada por Rugova para sensibilizar a comunidade internacional.

A partir de 1996 essa resistência passaria a ser igualmente perpetrada por um grupo violento que fazia uso sistemático de atos terroristas: o UCK (*Ushtria Clirimtare e Kosoves*), Exército de Libertação de Kosovo. A pré-história do UCK começou após a morte de Tito (04 de maio de 1980), com grandes concentrações estudantis em Pristina, capital da província, exigindo um estatuto de república com autonomia para Kosovo. Severamente reprimidos pelo poder iugoslavo, os que escaparam das perseguições tomaram o caminho do exílio, reunindo-se às células marxistas-leninistas que, no estrangeiro, mantinham relações com as “máfias” albanos-kosovares da Europa Ocidental. Em fevereiro de 1982, os insurretos partidários da ditadura comunista

de Enver Hoxha, o dirigente máximo da Albânia, fundaram na Turquia o Movimento para a República Albanesa da Iugoslávia (LRSHJ). O grupo sofreria posteriormente alguns “rachas” a partir de facções desejosas de acentuar suas orientações independentistas ou mesmo escalar um conflito na Sérvia. Em 1993, seria criado o Movimento Popular de Kosovo (LPK), do qual se valeria o UCK para formar os seus primeiros quadros. Em fevereiro de 1996, o UCK logo ensejou uma vasta campanha de recrutamento no meio dos *shqipëtares*. Sendo Kosovo, exatamente como o norte da Albânia, uma sociedade tradicional de clãs, funcionando pelo sistema de “circunscrições” comparáveis às “famílias” mafiosas do sul da Itália e graças à ajuda dos chefes de clãs, o UCK firmou-se no seio da comunidade albanos-kosovar, tendo organizado unidades de ações rápidas aguerridas e bem adestradas, que deram início a uma onda de atentados terroristas contra alvos e colaboradores sérvios na região.

A explosão da Albânia durante os meses de março-abril de 1997, ao fim do escândalo das pirâmides financeiras, constituiu-se no momento decisivo da expansão do UCK. Com efeito, aproveitando-se das violentas insurreições populares que sacudiram o país, ocasião em que os arruaceiros albaneses subtraíram do exército perto de 01 milhão de armas, o UCK teve a oportunidade para comprar, a preços baixíssimos, boa parte dos estoques bélicos roubados, o que lhe permitiu criar condições propícias ao desencadeamento das primeiras ofensivas de envergadura contra o inimigo sérvio. Em 1998, contando com a ajuda progressiva dos serviços secretos americano, alemão e turco, além do apoio financeiro da Arábia Saudita, do Irã, bem como dos recursos próprios oriundos do tráfico de drogas, contrabando, extorsão, tráfico de imigrantes e mesmo prostituição, o UCK intensificou a luta contra a Federação

Iugoslava pela independência da província de Kosovo.

Embora isso não justificasse de forma alguma as atrocidades orquestradas pelo regime de Milosevic, os atos de violência cometidos pelos separatistas do UCK provocaram a terrível repressão da polícia e do exército servo-iugoslavos. Ao reagir de maneira tão desproporcionada às afrontas do UCK, Milosevic teria caído na armadilha preparada pelos guerrilheiros albanos-kosovares, que usaram a “estratégia da provocação” como objetivo central para levar Belgrado a cometer excessos e justificar a intervenção da OTAN.

As negociações sob a égide internacional com vistas à regulamentação da crise de Kosovo começaram em outubro de 1998, com o acordo Holbrooke-Milosevic. Depois de enquadradas pelo Grupo de Contato, composto pelos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Rússia, elas desembocaram nas reuniões de Rambouillet e de Paris, em fevereiro e março de 1999, respectivamente. Contrariamente ao que afirmaram os ocidentais, o governo iugoslavo aceitou os principais pontos do *folder* político do plano de paz de Rambouillet: um Kosovo gozando de certa autonomia e a definição de um futuro estatuto da província ao fim de um período de adaptação de três anos. Na prática, Kosovo assumiria as características de um verdadeiro Estado soberano com constituição própria (sobre a qual a constituição europeia não poderia prevalecer), presidente eleito, corte constitucional e polícia próprias. O que a delegação sérvia rejeitou de fato, foram propostas dos *folders* militar e jurisdicional, consideradas inaceitáveis para qualquer Estado que se declare soberano: presença das forças da OTAN na Sérvia, imunidade civil e penal quase ilimitada para os membros da OTAN em toda a região, assim como o direito de livre circulação das tropas estrangeiras em toda a República iugoslava.

Com o peso da diplomacia americana

representada pela Secretária de Estado Madeleine Albright, que se fez acompanhar por Wesley Clark, chefe da OTAN, a parte albanesa que no início rejeitou o texto de Rambouillet, por desejar ardentemente a independência total de Kosovo, acabou por assinar o tratado em 18 de março. Mas enquanto parte das representações russas do Grupo de Contato tinham recusado homologar vários pontos do documento final e os europeus não se tinham oposto ao prosseguimento das negociações, os norte-americanos aproveitaram-se da situação e pressionaram os sérvios por meio de ameaças de retaliação militar.

Para o ex-Secretário de Estado americano Henry Kissinger, uma das principais personalidades contrárias ao conflito, os sérvios rejeitaram o acordo de Rambouillet porque viram nele o prelúdio à independência do Kosovo. Também viram a presença das tropas da OTAN como uma espécie de ocupação estrangeira. A Sérvia resistira no passado aos impérios Otomano e Austríaco, como também a Hitler e a Stalin. Mesmo se fossem bombardeados até a capitulação, dificilmente poder-se-ia esperar que aprovasse tal solução.

Isso pode ter incitado o governo sérvio a acelerar a repressão contra o UCK. Temendo uma já factível intervenção militar da Aliança Ocidental, Milosevic iniciou a “limpeza étnica” de um milhão de kosovares muçulmanos, que se refugiaram nos países limítrofes (Albânia, antiga República Iugoslava da Macedônia, Montenegro etc.), arriscando uma reação em cadeia que poderia incendiar todo os Balcãs.

De acordo com RAMONET (2003), com o fracasso da Conferência de Rambouillet e em manifesto apoio às pretensões albanos-kosovares, a OTAN, pela primeira vez desde a sua criação em 1949, interveio militarmente no conflito a partir de 24 de março, numa decisão qualificada como “dever moral” por Javier Solana, na época Secretário Geral da Aliança Ocidental. Os

bombardeios realizados ao longo de noventa dias pela aviação aliada, tendo como alvos prioritários as forças sérvias e parte da infraestrutura iugoslava, provocou a expulsão da população ortodoxa residente na região.

Em junho de 1999, a resolução 1244 da ONU pôs fim à ofensiva e colocou Kosovo sob administração de uma Missão das Nações Unidas (MINUK), enquanto uma força da OTAN (KFOR) garantiria a defesa e a desmilitarização da região. Aquela resolução prescrevia o retorno de refugiados sob supervisão do Alto-Comissariado da ONU, bem como estabelecia as bases de uma autonomia substancial para a província, reconhecendo, todavia, sua vinculação à Sérvia sem qualquer referência à independência. Tal atitude foi decisiva para marcar o princípio adotado pelas potências implicadas nas recentes guerras dos Bálcãs, de sempre respeitar as fronteiras internas da antiga República Socialista Federal da Iugoslávia.

Em 2003, o administrador da ONU, Michael Steiner, fixou oito “padrões” que o Kosovo deveria atingir antes que discussões sobre seu estatuto final pudessem ter início. Os mais importantes desses “padrões” previam o direito à volta dos exilados e dos refugiados, assim como a liberdade de circulação para todos os habitantes do Kosovo. Eles não foram absolutamente alcançados, mas os motins do dia 17 de março de 2004 e o temor de novas ações violentas dos “extremistas” albaneses levaram a ONU a precipitar a abertura do processo de definição do estatuto. A própria “comunidade internacional” renunciou, então, a respeitar os princípios por ela fixados.

No dia 24 de julho de 2006, em Viena, por ocasião do único encontro de alto nível realizado até aquele momento entre as partes envolvidas, Belgrado e Pristina limitaram-se a expressar suas respectivas posições a Martti Ahtisaari, ex-presidente da Finlândia, indicado pela ONU como seu representante

em Kosovo e posteriormente governador provisório da província, que passou a elaborar sozinho uma proposta de estatuto para a região.

Ao apresentá-la aos contendores em 02 de fevereiro de 2007, Ahtisaari tencionava que sua proposta servisse de base para uma resolução efetiva do Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, por contrariar frontalmente a Resolução 1244, o texto não se mostraria um documento de “acordo”, na prática, conduziria o Kosovo à sua tão sonhada independência. O novo país poderia redigir sua Constituição, compor um hino, criar uma bandeira e, sobretudo, aderir a todas as organizações internacionais, principalmente às Nações Unidas. Certamente, a palavra “independência” não figurava em parte alguma no texto de Ahtisaari. Nem caberia ao Conselho de Segurança decretá-la: isso seria contrário à Carta da ONU.

Os dirigentes albaneses logicamente saudaram o documento como um passo importante no sentido de suas principais reivindicações. Em contrapartida, a Sérvia considerou as propostas como sendo inaceitáveis, o que demandou a reação categórica de recusa expressa por todos os seus governantes, a começar pelo presidente da República, Boris Tadic. Mesmo que muitos dirigentes sérvios tenham apenas um interesse medíocre pelo Kosovo e expliquem, em privado, que o país tiraria proveito ao desembaraçar-se dessa “amarra” (em troca da promessa de uma aproximação acelerada com a União Européia), qualquer político sérvio que viesse a admitir a plena soberania do Kosovo estaria assinando sua sentença de morte política.

A Rússia, por sua vez, exigia o cumprimento integral da Resolução 1244, que consagrava a soberania de Belgrado sobre a província. Em 20 de junho de 2007, ao constatar que suas proposições não seriam reconhecidas no Plano Ahtissari, o governo de Moscou comunicou oficialmente aos

membros do Conselho de Segurança da ONU que exerceria seu direito de veto, caso o plano fosse formalmente apresentado para apreciação daquele organismo.

Os Estados Unidos reagiram dando um prazo de 120 dias para a resolução da questão. A partir de então, segundo o próprio presidente Bush afirmara anteriormente durante visita oficial a Tirana, Kosovo deveria declarar unilateralmente sua independência e Washington haveria de reconhecê-la sem esperar o veredicto do Conselho de Segurança. As conseqüências de tal atitude seriam imprevisíveis e abririam uma grave crise no seio da ONU e da OTAN.

Uma nova tentativa de acordo encontraria eco no seio da comunidade internacional, por meio de uma negociação envolvendo dirigentes sérvios e albanos-kosovares, mediados por um trio de experientes diplomatas. Esse grupo de mediadores era formado pelo diplomata alemão Wolfgang Ischinger, representando a União Européia, pelo veterano diplomata americano Frank Wisner e pelo emissário especial do Ministério das Relações Exteriores russo Bozan-Kharchenko.

Segundo SPÖRL (2007), cada um dos três sentou-se à mesa com instruções específicas de seus respectivos governos. O único problema era que tais instruções divergiam. O governo americano defendia a independência de Kosovo. O governo russo, que era contrário a qualquer mudança no *status quo*, desejava que Kosovo continuasse sendo uma província sérvia. Já os alemães tencionavam fazer outro esforço para fechar um acordo, com o objetivo de que todos os 27 membros do clube da UE apoiassem uma posição unificada: uma Europa unida sem exceções.

A alternativa sombria de uma possível nova onda de violência e mortes em Kosovo e talvez até mesmo na Bósnia, aliado às restrições de tempo originadas nas ameaças americanas, criaram a pressão necessária para que os negociadores se reunissem com

as equipes da Sérvia e Kosovo, pela primeira vez, no dia 30 de agosto de 2007 em Viena. Logo ficou muito claro para todos que o atual esforço diplomático seria a última chance de entendimento entre as partes.

O trabalho do trio diplomático era procurar desenvolver acordos que fossem factíveis. Se fracassassem, a proposta de Ahtisaari entraria em vigor, o que levaria a uma retirada da ONU e na transformação de Kosovo em um protetorado da UE. Ele seria administrado por um emissário da UE, que teria o poder de nomear e demitir ministros. A força multinacional também ficaria sob comando da UE. Finalmente, a possibilidade de independência para Kosovo seria congelada por muitos anos.

Decorridas várias rodadas de negociações, as delegações encontraram-se na Áustria, pela última vez, em 26 de novembro de 2007. Após serem discutidos vários esboços de solução para a questão do Kosovo, baseados no Tratado Básico da Alemanha (o modelo das duas Alemanhas), no sistema de Hong Kong e mesmo na possibilidade de criação de uma confederação, os contendores não conseguiram chegar a um acordo e os negociadores apresentaram seu relatório final ao Secretário-Geral da ONU sem qualquer alusão sobre o que seria possível fazer dali em diante.

Naquela ocasião, Hashim Thaci, o ex-líder guerrilheiro do UCK e futuro primeiro-ministro de Kosovo, assegurou repetidas vezes ao Ocidente que não se precipitaria em declarar a independência da província. O governo sérvio, por sua vez, dizia ter um plano de ação para responder à altura, no caso de uma proclamação unilateral. A primeira medida deveria ser o fechamento das fronteiras, seguido de um bloqueio comercial a Kosovo. Cerca de 70% do comércio kosovar depende da Sérvia. Responsável pelo fornecimento de metade da energia elétrica da província, Belgrado poderia também interromper o

fornecimento de luz, deixando os albaneses na escuridão em pleno inverno.

Entretanto, após ignorar as advertências da Sérvia, Thaci contrariou suas afirmações anteriores e emitiu a declaração de independência do novo país no dia 17 de fevereiro de 2008, anunciando na capital, Pristina, que Kosovo passava a ser um membro oficial da "família européia". Aprovada por aclamação na sessão extraordinária do Parlamento, a separação do território tomaria como referencial o plano do enviado especial da ONU Martti Ahtisaari, que prevê independência "sob supervisão internacional" e autonomia para a minoria sérvia. Antecipando-se às tensões, o próprio Thaci declarou ainda que o novo Estado garantiria às minorias do território, segurança e direitos iguais aos da maioria albanesa. Estados Unidos, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Turquia apressaram-se em reconhecer a independência da ex-província.

Logo no dia 18 de fevereiro, a Rússia convocou uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU, onde deixou claro que iria defender a manutenção da província sob soberania sérvia. A posição foi acompanhada (com menos ênfase) pela China. Como o reconhecimento de um novo país depende de aprovação do Conselho de Segurança, é possível que o processo arraste-se por mais algum tempo nas Nações Unidas.

A indignação dos sérvios diante da proclamação da independência de Kosovo explodiu no dia 21 de fevereiro em Belgrado, numa manifestação que reuniu pelo menos 150 mil pessoas. Inicialmente pacífica, a manifestação tornou-se violenta quando centenas de pessoas invadiram a embaixada dos EUA, ateando fogo em partes do complexo, que se encontrava fechado e sem segurança. O protesto foi encabeçado pelo próprio primeiro-ministro da Sérvia, Vojislav Kostunica. "Enquanto nós vivermos, Kosovo é Sérvia", disse o chefe de governo, num

palanque montado na frente do Parlamento.

Segundo TEIXEIRA DA SILVA (2007), a declaração de independência de Kosovo e seu reconhecimento por importantes nações do mundo ocidental quebram a regra da integridade territorial oriunda dos Tratados de Yalta e Potsdam, bem como desconsideram a aceitação da ONU como única autoridade no procedimento de *state-building* por meio de negociações diretas envolvendo as partes (como foi em Timor-Leste).

Tal situação tem forte potencial para tumultuar o cenário internacional e sugere o advento de profundos focos de instabilidade no quadro geopolítico da Europa e das relações entre as nações.

No caso da Europa, enquanto os principais países do continente adotaram posição semelhante em relação à independência de Kosovo, os países da União Européia (UE) que enfrentam conflitos próprios com minorias opuseram-se à proposta de secessão da Sérvia. De acordo com ORTH, MICHEL e JANSEN (2008), eles temem que seus grupos separatistas possam optar por copiar os desdobramentos nos Bálcãs. O governo central espanhol em Madri, temendo que os separatistas bascos pudessem ver a declaração de independência de Kosovo como um precedente e um novo estímulo para sua causa, anunciou que não reconhecera a independência da província sérvia. De forma semelhante, pensa a minoria turca-cipriota, que luta pela chamada República Turca do Norte de Chipre, já reconhecida pela Turquia; igualmente a minoria turca da Bulgária poderia almejar o mesmo, já que representa a população mais significativa em muitas cidades e regiões no norte do país; os magiares ou húngaros continuam a pressionar o governo da Romênia por relações mais estreitas com a Hungria e por uma autonomia de Székely, uma região no

leste da Transilvânia; na Trácia grega, os agitadores fundamentalistas turcos pregam o dever de desobediência com relação à administração helênica, apresentada como colonialista, ao mesmo tempo em que se tornaram um trunfo diplomático nas negociações com Istambul; já a Eslováquia teme que sua minoria húngara possa rebelar-se novamente, renovando os esforços para assegurar a sua independência ou mesmo buscar uma união com a Hungria, ao sul.

A independência de Kosovo pode ser analisada, ainda, de acordo com CAVALCANTE (2004), como uma oportunidade de que se aproveitariam os radicais islâmicos para conquistar mais espaço na região. Por meio de uma *jihād* que haveria de mobilizar todo o Islã, criariam um enclave fundamentalista, antes de edificar um grande Estado pan-fundamentalista que englobasse todos os muçulmanos dos Bálcãs.

Por outro lado, pode-se observar igualmente que, após a ocupação de Kosovo pelas tropas da OTAN ao final dos conflitos envolvendo sérvios e albanos-kosovares em 1999, as forças separatistas albanesas do UCK destruíram ou danificaram centenas de igrejas, mosteiros ou cemitérios ortodoxos, ao passo que sociedades de beneficência como a Agência Islâmica de Ajuda despejaram fundos para a introdução do Corão como matéria obrigatória nas escolas primárias e para a construção ou reconstrução de mais de uma centena de mesquitas na região.

Dessa forma, fortalecidos pela segurança recebida das tropas ocidentais e devidamente instrumentalizados pelos turcos, que especificamente perseguiram objetivos geopolíticos mais largos nessa região do mundo, os fundamentalistas islâmicos do UCK pretendiam dar a partida no projeto de edificação da “grande Albânia” que incluiria o Kosovo e partes da Macedônia, da Grécia e de Montenegro.

Conscientes de que sua vantagem principal sobre os sérvios (“infiéis

ortodoxos”) seria exatamente a superioridade muçulmana na região e encorajados pelo reconhecimento da independência do Kosovo pelos EUA e por importantes nações européias, os fundamentalistas albanos-muçulmanos do UCK tenderiam a investir na transformação da grande Albânia num Estado confederado islâmico-albanês, unido à Bósnia e ao Sandjak (região que compreende parte da Sérvia e parte de Montenegro, entre a Bósnia e o Kosovo), vindo a constituir-se na pedra angular de uma nova estratégia de “islamização de conquista” da Europa.

Nesse sentido, destaca-se, quando da Primeira Conferência dos Muçulmanos da Europa Oriental, em 1991, a declaração do professor Es-Sammari, eminente intelectual muçulmano vindo especialmente da Arábia Saudita para o evento:

O Islã está sempre firmemente enraizado na Europa do leste e, com a ajuda de Alá, tem todas as predisposições para tornar-se não apenas um centro de poder político, mas também um epicentro da difusão do Islã para o resto da Europa e da União Soviética [...] (VALLE, 2003, p.110).

A particularidade desse foco de irradiação islâmica reside não somente no aspecto de que se encontra em pleno coração da Europa, mas, também, no fato de que deve essencialmente sua ascensão à estratégia pró-fundamentalista e antiortodoxa do Ocidente, sobretudo dos Estados Unidos e de três de seus principais aliados da OTAN – britânicos, alemães e turcos –, os quais sempre proporcionaram coalizões, com a finalidade de barrar a “estrada” dos Bálcãs à Rússia.

Na opinião de DEL VALLE (2003), o objetivo não confessado dos diferentes movimentos fundamentalistas islâmicos presentes nos diversos países da região dos Bálcãs é de reconstituir uma espécie de confederação islâmica sob protetorado turco,

desligando-se inteiramente da influência cristã, servo-croata. Esse projeto pan-islâmico e neo-otomano, conhecido pelo nome de “diagonal” ou “transversal verde” e igualmente denominado de “corredor turco” por gregos e eslavos, certamente sofreria forte impulso a partir da aproximação natural entre Kosovo/Albânia e Turquia.

de suma importância, pois, que se observe o papel geopolítico desempenhado pela Turquia nessa parte do mundo, uma vez que a natureza ambivalente de sua diplomacia – ao mesmo tempo “laica” e “islâmico-otomana” – pode vir a fazer a diferença na eclosão de mais conflitos religiosos em pleno coração do mundo ocidental.

Já em relação à Rússia, a independência de Kosovo representa um duro golpe nas pretensões do *Kremlin* de manter sua influência na região. Alçado à condição de um protetorado da UE, o enclave kosovar poderia vir a constituir-se, ao lado da implantação de sistemas antimísseis americanos na República Tcheca e na Polônia, em novo instrumento de contenção do avanço russo sobre os Balcãs.

Por outro lado, ainda segundo TEIXEIRA DA SILVA (2007), o rompimento das regras da ONU acerca da integridade territorial dos Estados-Nações abriria a possibilidade de uma nova fase de conflitos étnicos e desmembramentos na região do Cáucaso (Chechênia e Daguestão), da mesma forma que estimularia novos arranjos em torno da independência, agora com apoio russo, da Transnistria (Moldávia de população russa), da Ossétia do Sul, do Alto-Karabakh (em favor da aliada Armênia) e mesmo da Criméia, predominantemente russa, embora sob soberania ucraniana.

Por fim, mesmo parecendo de pouca expressão no concerto das nações, Kosovo levanta fortes preocupações no seio da comunidade mundial. Com uma população de aproximadamente 2.100.000 habitantes, dos quais 60% com idade inferior a 25 anos e

amargando um índice de desemprego da ordem de 50%, este pequeno enclave no centro dos Balcãs não tem nada a oferecer a turistas europeus e é rota comprovada de 80% da heroína que chega à Europa Ocidental.

Todavia, como visto anteriormente, a proclamação de sua independência colocou-o recentemente no centro das atenções globais e do jogo de interesses envolvendo a União Européia, a Rússia e os Estados Unidos, com reflexos para a governabilidade das nações e para as cláusulas pétreas em que se baseiam as próprias relações internacionais.

A administração sob tutela das Nações Unidas e a proteção sob responsabilidade da OTAN não evitaram a expansão do crime organizado, nem tampouco os altos índices de corrupção e pobreza, o que tem levado a população albanesa ao desespero e à possibilidade de, num prazo curto, engendrar uma nova onda de fluxos migratórios na Europa.

Ninguém pode afirmar ao certo o que ocorrerá com os Balcãs diante de um Kosovo independente. Seja como for, sem uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sócio-político-econômico, o Kosovo corre o grande risco de continuar, ainda por muito tempo, a ser um barril de pólvora em pleno continente europeu.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Rony Prudente. **O fundamentalismo religioso: sua influência na eclosão de conflitos do mundo pós-Guerra Fria**. Rio de Janeiro, 2004. 137 fl. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

DEL VALLE, Alexandre. **Guerras contra a Europa**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DÉRENS, Jean-Arnault. Kosovo: nova bomba-relógio nos Balcãs. **Le Monde Diplomatique**. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/index>. Acesso em 11 dez. 07.

ORTH, Stephan; MICHEL, Nadine; JANSEN, Maike. Movimentos separatistas buscam inspiração em Kosovo. **Der Spiegel**. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2008/02/23/ult2682u700.jhtm>. Acesso em 23 fev. 2008.

RAMONET, Ignacio. **Guerras do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SPÖRL, Gerhard. Kosovo é encenação de Missão Impossível nos Bálcãs - parte 1. **Der Spiegel**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/index3.jhtm>. Acesso em 11 dez. 07.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A independência de Kosovo e o futuro do conceito de soberania nacional**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 21, 2007. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php>. Acesso em: 16 fev. 2008.